

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR
O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS
E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE 2003 A 2011, COMPREENDIDO NA
VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO.**

REQUERIMENTO N° DE 2013

(Do Senhor Izalci)

Requer seja convocado a
Senhora Maria do Rosário
Nunes – **Ministra da Secretaria
de Direitos Humanos**, para
prestar esclarecimentos sobre
denúncia de tráfico de pessoas
em obra do Programa Minha
Casa, Minha Vida.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 58, § 3º,
da Constituição Federal, combinado com a art. 36, II, do Regimento Interno da
Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja convocado
Senhora Maria do Rosário Nunes – Ministra de Secretaria de Direitos Humanos
para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a denúncia de tráfico de
pessoas em obra do Programa Minha Casa, Minha Vida.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao conhecimento público, por meio de matéria publicada no
Jornal “Folha de São Paulo”, do dia 15 de maio do corrente ano, que
trabalhadores eram recrutados por uma empresa que prestava serviços para a
MRV, principal construtora do programa habitacional do governo, em situação
análoga à escravidão.

1210B1E118

1210B1E118

Diz a notícia:

“PF faz operação para investigar tráfico de pessoas em obra do Minha Casa, Minha Vida

FERNANDO MELLO

DE BRASÍLIA

A Polícia Federal faz uma operação nesta quarta-feira (15) de combate ao tráfico de pessoas de Bangladesh para trabalhar em obras do Minha Casa, Minha Vida no Distrito Federal.

Os trabalhadores eram recrutados por uma empresa que prestava serviços para a MRV, principal construtora do programa habitacional do governo.

Batizada de Liberdade, a quadrilha era formada por pessoas de Bangladesh que prometiam salários de até US\$ 1.500 e depois cobravam taxas de até US\$ 10.000.

A reportagem ainda não conseguiu entrar em contato com os envolvidos.

PROGRAMA

Em fevereiro, a [ministra da Secretaria de Política para as Mulheres](#), Eleonora Menicucci, lançou o "2º Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas", que prevê a criação de 10 novos postos para atendimento a vítimas, localizados na fronteira do Brasil com outros países.

O plano prevê ainda a capacitação de agentes de segurança pública.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça, em seis anos, a Polícia Federal instaurou 157 inquéritos e indiciou 381 pessoas relacionados ao tráfico internacional de pessoas para exploração sexual.

Os dados fazem parte do primeiro relatório sobre o tema produzido em conjunto pela Polícia Federal, pelo Ministério da Justiça e pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Os dados são sobre casos ocorridos entre 2005 e 2011. Segundo esse relatório, menos da metade dos crimes investigados levou a prisão dos responsáveis pelo tráfico de pessoas. No mesmo período, 158 pessoas foram presas.”

O site do G1-DF, em 15 de maio do corrente ano, também veiculou notícia sob o título:

“Grupo aliciava pessoas de Bangladesh e prometia salário de US\$ 1,5 mil.

Estrangeiros trabalhavam em condições análogas à escravidão, diz PF.

1210B1E118

1210B1E118

Do G1 DF

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quarta-feira (15) a operação *Liberdade*, para desarticular uma quadrilha de tráfico internacional que trazia pessoas de Bangladesh para trabalhar em situação análoga à escravidão no [Distrito Federal](#).

Nesta manhã, a PF realiza buscas nas residências dos investigados e nos alojamentos onde estão os estrangeiros. A Justiça Federal de Brasília expediu 14 mandados judiciais de busca e apreensão; 60 policiais federais participam da operação.

De acordo com a polícia, a quadrilha era composta por estrangeiros de Bangladesh que aliciavam conterrâneos com falsas promessas de salários que variavam entre US\$ 1 mil e US\$ 1,5 mil para trabalho na construção civil. Os traficantes de pessoas cobravam até US\$ 10 mil pela imigração ilegal, diz a PF.

As vítimas ingressavam no Brasil ilegalmente, pela Guiana Inglesa, Peru e Bolívia. A situação migratória das pessoas traficadas era regularizada por meio do pedido de refúgio.”

Também, em 16 de maio do corrente ano, o Jornal “O Estado de São Paulo”, veiculou a seguinte notícia:

“ PF acha bengalis vítimas de quadrilha

A Polícia Federal localizou em Brasília grupo de 80 cidadãos de Bangladesh vítimas de uma quadrilha suspeita de tráfico internacional. O esquema de imigração ilegal envolveria frigoríficos, lava-rápidos e empresas de construção civil brasileiros.

Quadrilha explorava bengalis em obras do DF

Há indícios de contratações na construção civil, incluindo obras do Minha Casa, Minha Vida

Lisandra Paraguassu Alana Rizzo / Brasília

A Polícia Federal achou ontem um grupo de 80 pessoas de Bangladesh, vítimas de uma quadrilha suspeita de tráfico internacional de pessoas. O bengalis eram atraídos com a promessa de receber salário de até US\$ 1,5 mil. Chegavam a pagar US\$ 10 mil para viajar 16 mil km de Daka, capital de seu país, a Brasília. Há indício de exploração da mão de obra na construção civil, incluindo o programa federal Minha Casa, Minha Vida. Ninguém foi preso até agora.

Os bengalis entraram 110 Brasil por três rotas: pelo Peru, na fronteira com o Acre - assim como os imigrantes haitianos -, pela Bolívia, na fronteira com o Mato Grosso do Sul, e pela Guiana, na fronteira com Roraima. Os estrangeiros eram instruídos a pedir o status de refugiado - algo concedido automaticamente pelo governo brasileiro. Isso permitia uma situação regular até que o caso seja julgado pelo Conselho Nacional de Refugiados.

1210B1E118

1210B1E118

O grande aumento de pedidos de refúgio por cidadãos de Bangladesh chamou a atenção da Polícia Federal. Em 2010, foram 39 e no ano seguinte, 111. No ano passado, os bengalis saíram da lista das quatro nacionalidades que mais procuraram o Brasil, substituídos por pessoas de Guiné Bissau e Somália.

"Degradante". A operação da Polícia Federal, batizada de Liberdade, encontrou os estrangeiros em seis alojamentos em Samambaia, cidade-satélite a cerca de 30 km de Brasília, em "situação degradante". Segundo o delegado Dennis Cali, que comandou a operação, algumas residências chegavam a ter 20 pessoas em condições precárias.

Parte dos bengalis está desempregada, mas, segundo os federais, aguardava trabalhos em frigoríficos, lava-jatos, além dos postos na construção civil. Nenhum dos bengalis, segundo a polícia, tem vínculo direto com empreiteiras do Minha Casa, Minha Vida, mas muitas delas subcontratam empresas menores para tocar as obras.

Os bengalis terão agora a possibilidade regularizar sua situação. De acordo com o Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, a legislação brasileira prevê que vítimas de crimes como o tráfico humano e de trabalho em situações degradantes podem receber o visto residente em caráter humanitário.

"A primeira questão agora é que a investigação prossiga para que se confirme a ocorrência de tráfico e de trabalho escravo. O simples fato de serem identificados como vítimas do tráfico já lhes dá a proteção do Estado brasileiro", disse o secretário.

Segundo Abrão, os estrangeiros que estiverem devidamente contratados por empresas vão receber o visto de trabalho regular. Os demais serão aceitos no País em caráter humanitário.

Procurada pelo Estado, a embaixada de Bangladesh em Brasília se disse surpreendida pela notícia e pediu apoio ao Ministério da Justiça. Segundo o Itamaraty, o setor de atendimento a diplomatas estrangeiros facilitou o contato com as autoridades responsáveis pela investigação.

O crescimento das rotas usadas por coites para trazer imigrantes irregulares para o Brasil preocupa o governo. Os primeiros a usarem os caminhos ilegais foram os haitianos, que receberam um tratamento especial devido à situação crítica do país. No entanto, as mesmas rotas estão sendo usadas agora por africanos e asiáticos, que chegam a passar por sete países diferentes até alcançarem a fronteira do Brasil, normalmente pagando milhares de dólares a atravessadores ilegais."

O Jornal "Correio Braziliense", em sua edição de 16 de maio do corrente, publicou a matéria abaixo:

"Quadrilha explorava asiáticos em regime escravo"

Em Samambaia, aliciadores mantinham 80 imigrantes ilegais de Bangladesh em condição degradante. PF investiga tráfico internacional

1210B1E118

1210B1E118

A Operação Liberdade, da Polícia Federal, desarticulou a ação de um grupo que organizou um esquema de trabalho clandestino no DF. Os imigrantes aliciados vieram ao Brasil com a promessa de ganhar US\$ 1,5 mil em trabalho digno, mas encontraram desemprego e condições degradantes de moradia. Estrangeiros insistem em ficar no Brasil.

Estrangeiros ilegais e explorados

Polícia Federal encontra, em Samambaia, 80 bengaleses que vieram ao Brasil com a promessa de bons empregos e salários. Eles vivem em condições precárias. Investigadores apuram possível esquema de tráfico de pessoas e trabalho escravo

» KELLY ALMEIDA

Pelo menos 80 bengaleses vivem em situação ilegal e precária em Samambaia. Investigação de um ano da Polícia Federal indica que os estrangeiros foram trazidos para o Brasil, por conterrâneos, com a promessa de conseguirem empregos e salários altos. Para saírem de Bangladesh, na Ásia, e desembarcarem na capital federal, desembolsaram até US\$ 12 mil cada um. Eram recebidos por aliciadores, que estariam pagando o aluguel da casa em que eles moram. Ontem, durante a Operação Liberdade, agentes da PF cumpriram mandados de busca e apreensão e vão investigar um possível esquema de tráfico internacional de pessoas e até de trabalho escravo.

Os estrangeiros chegam ao Brasil pela Guiana Inglesa, pelo Peru e pela Bolívia, com o sonho de conquistar empregos com salários de até US\$ 1,5 mil, como lhes era prometido. A realidade, porém, é bem diferente. Amontoados em casas de poucos cômodos, muitos deles, que esperavam trabalhar na construção civil ou em frigoríficos, estão desempregados. Não têm dinheiro nem sequer para ajudar nas despesas do aluguel. Com isso, ficam dependentes financeiramente dos chamados “coiotes” e não conseguem voltar ao país de origem. Mesmo assim, não querem retornar a Bangladesh. Ontem, durante a ação da Polícia Federal, os imigrantes recusaram a assistência oferecida pelos policiais.

Muitos deles vivem como refugiados, inclusive os quatro aliciadores, de acordo com a polícia. Para a PF, as condições a que os bengaleses são submetidos podem ser consideradas análogas ao trabalho escravo. “Eles vêm com a promessa de receberem altos salários, pagam valores altos para viajarem e, aqui, por questões culturais e até de idioma, não conseguem empregos. Ficam dependendo dos coiotes e moram em casas pequenas com muitos deles”, detalha o delegado Dennis Cali, do Serviço de Repressão ao Trabalho Forçado da PF.

O investigador explica que a Operação Liberdade pode ser um dos passos para que os policiais cheguem a um esquema de tráfico internacional, que não foi configurado até então, já que os estrangeiros não têm a documentação retida pelos coiotes e ficam livres para circulação. Até agora, a PF configurou os crimes de formação de quadrilha e introdução ilegal de estrangeiro no Brasil. Em Brasília, quatro aliciadores já foram identificados durante a investigação que teve

1210B1E118

1210B1E118

início em maio do ano passado. A Justiça, no entanto, não autorizou o pedido de prisão deles.

Vida melhor

O Correio conversou ontem com um grupo de bengaleses que chegaram a Brasília há cerca de um mês para tentar emprego e salários 'dignos'. No endereço alvo da PF, em Samambaia, 10 homens dormem em colchões no chão. Garantem que estão no Brasil porque querem e não pretendem voltar a Bangladesh. Negam também que sejam vítimas de qualquer tipo de trabalho escravo. "Viemos por conta dos problemas políticos que nosso país enfrenta. Aqui, conseguimos, pelo menos, o dinheiro da comida. Lá, nem isso a gente consegue", contou Mohmmmed Anwar Hussaiv, em um inglês cheio de sotaque.

Assim como Mohmmmed, os outros imigrantes estão desempregados. Dispostos a trabalhar com serviços gerais e na construção civil, eles deram entrada com o pedido de refúgio para regularizar a situação migratória. Ao mostrar o passaporte, Sofijur Rahman afirma que vai tentar a vida em Brasília. "Não queremos ir embora. Estamos procurando emprego", conta. Eles explicam que conseguiram chegar ao Brasil com a ajuda de pessoas em Bangladesh e que escolheram Samambaia porque conseguiram a casa com mais rapidez. Afirmam também que todas as residências da região onde estão os conterrâneos contam com pelo menos 10 deles.

Para o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, ainda é cedo para detectar um possível tráfico internacional para trabalho escravo. Camargo ressalta que situação a descoberta pela PF deve ser apurada com cautela. "A caracterização do tráfico se dá com o aliciamento para as explorações no trabalho, sexual ou de órgãos. A princípio, esses estrangeiros não ingressaram no Brasil para isso. Mas vamos apurar melhor, ficar atentos e buscar mais informações que esclareçam tudo", diz o procurador."

Ainda, na Edição do Bom Dia Brasil, da Rede Globo, do dia 16/05/2013, foi noticiada a seguinte matéria:

" Polícia Federal investiga tráfico de pessoas da Ásia para o Brasil

Segundo o Ministério da Justiça, a situação dos estrangeiros deverá ser analisada pelo Conselho de Imigração, ligado ao Ministério do Trabalho.

A [Polícia Federal](#) investiga uma rota de tráfico de pessoas que vinham da Ásia. Mais de 80 trabalhadores foram encontrados num alojamento em situação precária, próximo a Brasília. Eles desembarcavam no Brasil com a promessa de bons salários.

A promessa era de empregos com salários de até US\$ 1,5 mil, o equivalente a R\$ 3 mil. A Polícia Federal identificou seis suspeitos de tráfico de pessoas em [Brasília](#). Pelo menos 80 pessoas foram encontradas em situação degradante na periferia da capital do país

1210B1E118

1210B1E118

Em uma casa, em Samambaia, a 35 quilômetros de Brasília, 16 estrangeiros vivem em condições precárias. Dividem comida, colchões e alguns têm que dormir no chão, sobre cobertores. A polícia suspeita de um esquema ilegal para agenciar estrangeiros para trabalhar no Brasil.

A polícia identificou três rotas. Eles saíam principalmente de Bangladesh e chegavam à República da Guiana, onde atravessavam a fronteira para Boa Vista, em [Roraima](#).

Outros vinham pela Bolívia ou Peru, entrando pela cidade de Assis Brasil, no Acre. Outra alternativa era vir pela Bolívia e seguir para Corumbá, em [Mato Grosso](#) do Sul antes de chegar ao Distrito Federal.

Ao todo, seis pessoas que fariam parte do esquema estão sendo investigadas. De acordo com a polícia, antes de embarcar para o Brasil, os estrangeiros chegavam a pagar até US\$ 12 mil, o equivalente a R\$ 24 mil, para atravessadores. Eles vinham com a promessa de emprego com salário entre US\$ 1 mil e US\$ 1,5 mil.

As investigações continuam, mas a Polícia Federal já tem informações de que muitos desses imigrantes trabalham em frigoríficos e na construção civil. “Estes estrangeiros são vítimas do tráfico de pessoas para fim de exploração econômica. A partir desse momento serão identificadas quais são as empresas que realmente se utilizaram do trabalho desses estrangeiros de forma irregular”, afirma o chefe do Serviço de Reparação ao Trabalho Forçado Denis Cali.

Segundo o Ministério da Justiça, a situação dos estrangeiros deverá ser analisada pelo Conselho Nacional de Imigração, que é ligado ao Ministério do Trabalho. Quem estiver em situação irregular terá que voltar ao país de origem.”

Portanto, diante dos fatos, entendemos que a presença da Senhora Maria do Rosário Nunes – Ministra de Secretaria de Direitos Humanos, nesta Comissão, é fundamental não apenas para o esclarecimento dos fatos como também para que esta Comissão possa contribuir com a solução dos graves problemas acima mencionados.

Sala da Comissão, em de maio de 2013.

**Deputado IZALCI
PSDB DF**

1210B1E118

1210B1E118

1210B1E118
1210B1E118

1210B1E118
1210B1E118